

Maria Raquel Freire
Coordenação

Política Externa

As Relações Internacionais em Mudança

CAPÍTULO 15

TURQUIA

Pretende-se com este capítulo analisar a evolução da política externa turca desde o fim da II Guerra Mundial. Pelo seu peso económico, militar e demográfico, pelo posicionamento geográfico, pela sua história e pela complexidade da sua sociedade, a Turquia é um actor de grande importância no sistema internacional; contudo, até há bem pouco tempo conduzia a sua política externa de forma «minimalista», limitando-se em larga medida a resolver os problemas impostos (e criados) pelas dinâmicas regionais em que está inserida. Este capítulo começará por explorar as principais linhas de acção da política externa turca, assim como o papel dos principais actores na formulação dessa mesma política. Seguir-se-á a análise da evolução histórica da política externa turca, onde serão exploradas as razões do comportamento externo limitado por parte da Turquia durante grande parte da Guerra Fria. As mudanças resultantes do fim do conflito bipolar e a necessária redefinição das prioridades da política externa turca serão tidas em consideração na terceira parte deste capítulo. Por fim, a quarta parte do capítulo mostrará como a Turquia tem, desde a chegada ao poder do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP- *Adalet ve Kalkinma Partisi*) em Novembro de 2002, vindo a mudar a sua orientação em matéria de política externa no sentido de um papel mais assertivo na esfera internacional.

Actores e dinâmicas da política externa da Turquia

362

Em oposição à instabilidade interna verificada durante grande parte da Guerra Fria,¹ a política externa turca manteve uma linha de acção estável durante esse mesmo período, focada na limitação das externalidades provenientes da instável vizinhança de Leste e na manutenção de um bom relacionamento transatlântico. Houve obviamente excepções e períodos de maior acção a nível externo (como teremos oportunidade de constatar mais à frente no capítulo) mas, por regra, Ancara manteve um comportamento discreto. Para tal, muito contribuiu a existência de uma estrutura de política externa visivelmente resistente a atribulações internas. Esta estrutura era composta por três vértices – o vértice político-ideológico, o vértice militar e o vértice burocrático.

O vértice político-militar diz respeito ao consensual entendimento de política externa derivado da ideologia kemalista, por sua vez baseada nas ideias e políticas do ‘pai fundador’ da Turquia, Mustafa Kemal ‘Atatürk’. Tal como aprendem os cadetes na Academia militar, «Ataturkismo [ou Kemalismo] é o conjunto realista de ideias e linhas de acção relacionadas com o estado, com a vida económica e intelectual, e com as instituições sociais de maior relevância, cujos princípios básicos foram definidos por Atatürk» (*apud* Birand, 1991: 69).

Apesar desta lógica kemalista se aplicar igualmente aos dois outros vértices, a sua importância é acrescida no quadro político pois faz contrastar as profundas divisões existentes ao nível da política interna com o relativo consenso existente em matéria de política externa. Assim, independentemente das orientações políticas, os governos de Ancara mantiveram, durante a Guerra Fria, a progressiva aceitação da Turquia como parte do mundo ocidental como principal objectivo de política externa, ao mesmo tempo que tentavam garantir um relacionamento estável com a sua vizinhança. Estas duas orientações políticas seguiam os dois grandes objectivos de política externa tal como definidos por Atatürk: por um lado, a modernização

¹ A Turquia assistiu durante este período a três golpes militares, em 1960, 1971 e 1980 que de certa forma serviram para pôr fim a diversos episódios de instabilidade política que, particularmente nos anos 1970, levaram este país à beira da guerra civil.

ocidentalizada da Turquia; por outro, a concretização do seu lema paz em casa, «paz no mundo» (Cem, 2001: 2). Como veremos mais adiante, esta lógica só muito pontualmente foi posta em causa pelos sucessivos governos turcos e, sempre que tal aconteceu, houve igualmente a preocupação de salientar a compatibilidade com estes mesmos princípios.

Em segundo lugar, há a destacar o papel do aparelho burocrático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Um dos pilares kemalistas do estado turco, o aparelho diplomático turco sempre possuiu um estatuto especial no quadro dos restantes ministérios: os seus concursos de admissão eram mais exigentes do que os dos outros, os seus funcionários provinham exclusivamente das universidades de elite turcas e havia uma lógica subjacente de rigor na execução das suas políticas (Robins, 2003: 72-73). A solidez do MNE fez, assim, com que as sucessivas crises políticas passassem um pouco à margem da política externa turca, na medida em que existia uma autonomia do MNE que o isolava dessas mesmas crises. Fez também com que a Turquia adoptasse uma presença internacional constante, mas moderada, pouco dada a mudanças radicais de discurso ou comportamento, focada na reprodução das práticas diplomático-burocráticas vigentes.

Finalmente, é preciso salientar o papel dos militares, igualmente importante na estabilização da política externa turca do pós-II Guerra Mundial. Apesar da sua importância política datar dos tempos do Império Otomano (Drorian, 2005: 263), as Forças Armadas turcas consolidaram o seu prestígio e legitimidade depois de Mustafa Kemal 'Atatürk' ter comandado o seu exército na libertação do que é a actual Turquia das mãos das potências vencedoras da I Guerra Mundial. O seu envolvimento directo na esfera política,² contudo, apenas se começou a fazer sentir em finais dos anos 1950. A morte de Atatürk em 1938 abriu um espaço para a contestação da liderança política que levaria à realização de eleições multi-partidárias regulares a partir de 1946. Após uma vitória inicial em 1946, o Partido Republicano do Povo (CHP - *Cumhuriyet Halk Partisi*) perderia o seu lugar

² Indirectamente, muitos dos líderes políticos da jovem República eram provenientes do aparelho militar (Jenkins, 2001:10).

no poder para o Partido Democrático (DP - *Demokrat Parti*) de Adnan Menderes em 1950. O DP trouxe consigo uma nova agenda política defendendo, entre outras medidas, uma maior liberdade religiosa na esfera pública, o que preocupou as Forças Armadas turcas, guardiãs do espírito kemalista. De acordo com Armağan Kuloglu e Mustafa Şahin, este factor, juntamente com a imposição de políticas cada vez mais opressivas e de uma inflação galopante, levaram ao golpe militar de 1960, que tinha por objectivo «restaurar a democracia e a ordem kemalista» (2006: 94).

A nível externo, esse intervencionismo começou-se a fazer sentir ainda mais tarde, sendo a sua visibilidade enquanto actor político autónomo somente manifesta a partir de meados dos anos 1990, período no qual a instabilidade política turca afectou de forma directa o seu aparelho de política externa: a forte instabilidade interna levaria a que a Turquia tivesse nove Ministros dos Negócios Estrangeiros entre Julho de 1994 e Junho de 1997 (Robins, 2003: 65). Nesse período foram os militares que definiram alguns dos momentos mais marcantes da política externa turca, primeiro através do desenvolvimento de fortes relações com Israel e, posteriormente, com o ultimato lançado à Síria em 1998, quando Ancara exigia que Damasco expulsasse o líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK - *Partiya Karkerên Kurdistan*), Abdullah Öcalan (Robins, 2003: 77). No entanto, até aos anos 1990 o papel dos militares tinha essencialmente sido um papel de estabilização da política externa através da garantia do seu poder, isto é, a sua existência servia de efeito dissuasor relativamente a eventuais tentações de envolver a Turquia na conflitualidade do Médio Oriente.

O crescente intervencionismo militar, associado à instabilidade vivida dentro do MNE turco e à eleição de líderes políticos como Necmettin Erbakan, cuja agenda política fugia claramente a vários dos princípios kemalistas, vieram colocar a nu o progressivo desmembramento do triângulo da política externa turca que durante várias décadas tinha permitido que o país tivesse mantido um registo externo bastante sóbrio, apesar da enorme complexidade do seu contexto geopolítico. A partir de então a política externa turca fragmentou-se e flexibilizou-se, o que de certa forma fez com que a Turquia passasse a ter um papel mais activo na esfera política internacional.

A Turquia e a Guerra Fria

365

Ao contrário do desastre da participação otomana na I Guerra Mundial, que levaria à desintegração do Império, a neutralidade do jovem Estado turco durante a II Guerra Mundial acabou por ser muito benéfica para o país. Desde logo, porque a Turquia não sofreu as destrutivas consequências da guerra, nem teve de investir no esforço militar para esse efeito. A principal vantagem para a Turquia proveio, no entanto, da reestruturação do sistema internacional do pós-guerra, com o posicionamento geoestratégico turco (na intersecção entre o espaço Soviético e o Médio Oriente, mais o controlo sobre o estreito do Bósforo) a revelar-se central para os interesses do bloco ocidental. No seguimento da doutrina Truman de 1947,³ Grécia e Turquia aderem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1952, garantindo Ancara, dessa forma, o seu lugar enquanto membro do bloco ocidental. Dois anos mais tarde, o governo de Adnan Menderes, juntamente com o Reino Unido, encetou esforços no sentido de elaborar um acordo de segurança no quadro do Médio Oriente, propondo a criação do chamado Pacto de Bagdade. Este viria, no entanto, a revelar-se um desastre, pois a maior parte dos Estados convidados – ex-colónias do tempo do Império Otomano – rejeitaram a adesão (Hale, 2007: 21). O acordo viria a ser assinado em 1955, envolvendo apenas a Turquia, o Iraque, o Irão, o Paquistão e o Reino Unido. De todos os Estados árabes convidados a participar, só o Iraque aceitou o convite.

Contrariamente à ideia comum da Turquia como ponto entre o Ocidente e o Oriente, durante a maior parte da Guerra Fria, esta foi uma ponte inexistente: para a Turquia, o Médio Oriente e Norte de África eram uma fonte de instabilidade, de problemas e de subdesenvolvimento; para os países árabes, a Turquia ainda era a metrópole colonial contra a qual tinham lutado (Karaosmanoğlu, 2004: 17). Assim, a adesão à Aliança Atlântica, juntamente com o falhanço do Pacto de Bagdade vieram confirmar a Ancara que a sua política externa tinha de estar alinhada com a do Ocidente e que o seu passado Otomano era mais um peso do que uma mais-valia.

³ Em que o Presidente norte-americano defendia a necessidade de ajudar a Grécia e a Turquia a manterem-se fora da esfera de influência soviética.

Até à crise dos mísseis de Cuba de 1962, a Turquia tinha sido um 'bom' aliado no quadro transatlântico, tendo tido um papel de relevo na Guerra da Coreia, ao enviar 4.500 militares para o conflito, o terceiro maior contingente militar, depois de norte-americanos e coreanos (Robins, 2003: 129). Um envio revestido de simbolismo por ter sido a primeira vez que as Forças Armadas turcas, enquanto tal, foram destacadas para um cenário de guerra num quadro multilateral. Era assim claro o empenho de Ancara neste relacionamento transatlântico. O desfecho da crise de Cuba viria, contudo, a trazer dúvidas sobre a forma como os restantes membros da Aliança, particularmente os EUA entendiam o papel da Turquia. No sentido de resolver a crise, Washington prometeu a Moscovo a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia. Essa retirada já estava prevista, no entanto, esta medida viria a ser tomada por parte dos EUA sem que Ancara tivesse sido consultada, aumentando assim a suspeita em vários sectores da sociedade turca de que a Turquia estava mais empenhada no relacionamento com Washington do que vice-versa (Eralp, 2003: 110). A esta questão veio juntar-se, em 1964, a crise da carta de Johnson, em que o Presidente norte-americano Lyndon Johnson, em face dos problemas que então se viviam no Chipre,⁴ aconselhou a Turquia a não intervir, pois caso o fizesse isso poderia originar a intervenção da União Soviética (URSS) e nada garantia que a OTAN pudesse intervir em defesa da Turquia. Esta carta viria a ser vista com desilusão e revolta em Ancara, contribuindo para o renascer do síndrome de Sèvres.

O síndrome de Sèvres resulta da relação ambivalente que a Turquia tem com o Ocidente: por um lado, a matriz do seu desenvolvimento enquanto estado moderno esteve, durante várias décadas, directamente associada a uma modernidade ocidental; por outro, existe a suspeita de que esse mundo ocidental não só não deseja que a Turquia faça parte dele, como pretende o seu controlo ou desintegração. Este sentimento ambivalente é algo que advém dos tempos otomanos, o «homem doente da Europa» do século XIX.

⁴ Ver mais à frente, em *A aposta Europeia e a questão cipriota*.

O tratado de Sèvres, assinado após o fim da I Guerra Mundial, é, contudo, o marco definidor da conspiração Ocidental. Tal como a Alemanha, também o Império Otomano foi obrigado a assinar um tratado humilhante em que grande parte do território que constitui a actual Turquia foi dividido entre vários países, incluindo a Grécia, a Rússia e o Reino Unido. A aceitação forçada do Tratado levaria ao movimento independentista desencadeado por Atatürk que culminaria, três anos mais tarde, na assinatura do Tratado de Lausanne. Desde então, criou-se na matriz identitária turca esta ideia do síndrome de Sèvres, particularmente visível em vários momentos no seu relacionamento com o Ocidente.

Após a crise da Carta de Johnson, a Turquia continuou a ser uma ponta-de-lança da OTAN entre o espaço Soviético e o Médio Oriente, mas a política externa turca deixou de estar tão virada para o Ocidente, adoptando uma visão mais independente dos seus interesses. Em boa verdade, a crise cipriota ocupou boa parte das preocupações externas turcas, culminando na intervenção armada em 1974, dividindo em definitivo a ilha entre cipriotas gregos e cipriotas turcos. Este período coincidiria com uma moderada expansão dos horizontes da política externa turca. Bülent Ecevit, líder do CHP e primeiro-ministro da Turquia de 1972 até 1979, defendia uma política externa turca que fosse para lá do relacionamento com Washington. Nesse sentido, tomou uma série de medidas no sentido de autonomizar a Turquia da Aliança Atlântica. De entre tais medidas, há a destacar o ‘Documento Político relativo aos Princípios de Cooperação Amigável’, assinado entre Ancara e Moscovo, símbolo de uma breve aproximação entre estes dois países (Fuller, 2008: 154).

Para lá do relacionamento com os EUA, o síndrome de Sèvres tem servido para enquadrar o relacionamento da Turquia com a Europa, em particular com a União Europeia. Ancara e Bruxelas assinaram em 1963 o Protocolo de Ancara, que dava à Turquia o acesso a privilégios que nenhum outro estado fora das então Comunidades Europeias possuía. Entre outras medidas, este documento previa a possibilidade de a Turquia vir, no futuro, a aderir à actual União Europeia. Este aspecto foi visto como extraordinariamente relevante por parte de Ancara pois correspondia à constatação por Bruxelas de que a Turquia fazia parte do espaço europeu e, assim, consagrava-a como parte integrante do mundo Ocidental.

Não houve desenvolvimentos significativos relativamente à eventual adesão da Turquia às, então, Comunidades Europeias até 1987, altura em que a Turquia, apesar de aconselhada a não se candidatar, fê-lo por intermédio de Turgut Özal. A resposta seria negativa e a Turquia teria de esperar uma década para poder finalmente ver aberta a possibilidade de se candidatar à União Europeia. Em vários momentos (como aquando da resposta da Comissão Europeia em 1989 ou após a Cimeira do Luxemburgo em 1997) a Turquia entendeu a mensagem por parte da UE como sendo a materialização da ideia de que Bruxelas nunca aceitaria a sua entrada na UE por preconceito e falta de entendimento da realidade turca (Robins, 2003: 110).

Em suma, o período da Guerra Fria foi essencialmente um período de enquadramento da Turquia no mundo ocidental, com algumas excepções de autonomização de política externa adoptadas durante a liderança de Ecevit. Um enquadramento com aspectos mais e menos positivos, com momentos de grande tensão (como a crise cipriota) e outros de confirmação do seu estatuto enquanto membro do mundo ocidental (como a entrada na OTAN e a assinatura do Protocolo de Ancara).

O fim da Guerra Fria e a transformação do posicionamento turco

O período relativo ao fim da Guerra Fria trouxe consequências para a Turquia, tanto de forma directa como de forma indirecta. De forma directa, no sentido em que a Turquia teve o seu papel de fronteira da OTAN questionado num contexto em que a fronteira Soviética já não representava a ameaça existencial de até então.⁵ Indirectamente, uma vez que com a desintegração do Bloco de Leste, todo o seu contexto regional se viu transformado. No Médio Oriente, deixou de haver a influência Soviética como contra-ponto à presença norte-americana e, na Ásia Central, Cáu-

⁵ Como afirma Philip Robins, essa questão só afectou a Turquia relativamente ao seu relacionamento com os membros da Aliança, mas não com a Rússia. Para Ancara, Moscovo continuava a ser vista com grande suspeição (2003: 23).

caso, Balcãs e Europa de Leste, houve um completo redimensionamento do espaço geopolítico com a criação e desintegração de vários Estados, sendo de destacar pelas suas consequências particularmente nefastas, o fim da República Jugoslava. A Turquia necessitava assim de um novo rumo para a sua política externa que tivesse em consideração todas estas mudanças em seu redor, assim como a transformação do papel da OTAN a nível internacional.

No caminho para essa redefinição de política externa, a Turquia viria a assumir um papel central na Guerra do Golfo, desencadeada pelos EUA e aliados após a invasão do Kuwait por Saddam Hussein em Agosto de 1990. Devido ao enorme cepticismo interno relativamente ao envolvimento do país num conflito contra um Estado vizinho, Turgut Özal decidiu não enviar tropas para o Iraque. Permitiu, contudo, o uso das bases aéreas conjuntas (Turquia-EUA) do Sudeste turco para o ataque norte-americano às forças iraquianas (Robins, 2003: 16-17). Isto, para além de ter encerrado os oleodutos provenientes do Iraque para seu próprio prejuízo⁶ - decisivo para convencer a Arábia Saudita a deixar os EUA intervir no Kuwait a partir do seu território (*idem*). A Turquia teve igualmente um papel central na coordenação da missão humanitária no Norte do Iraque onde a população curda era alvo da perseguição de Saddam Hussein. É de realçar que o problema curdo iraquiano do pós-Guerra do Golfo levou a um aumento exponencial da visibilidade da questão curda na própria Turquia. Nessa matéria, o envolvimento turco na Guerra do Golfo acabaria por trazer mais dores de cabeça do que benefícios para a elite de Ancara (Fuller, 2008: 98-99). O conflito que opunha a Turquia ao PKK, liderado por Abdullah Öcalan desde o início da década de 1980, agudizou-se consideravelmente a partir desta altura, atingindo proporções de uma quase-guerra civil. A questão curda tornou-se estrutural na política externa turca, passando a ser um dos cinco principais eixos de acção da política externa turca do pós-Guerra Fria que iremos agora brevemente analisar.

⁶ Um enorme prejuízo calculado em mais de oito mil milhões de dólares (Robins, 2003: 322).

Questão Curda

370

Como acima mencionado, as proporções do conflito no Sudeste da Turquia tornaram a questão curda uma questão central não só da política interna turca, mas também da sua política externa. Internamente, o conflito curdo levou, ao longo dos últimos 30 anos, a uma radicalização do discurso político turco, centrado na necessidade de garantir o carácter unitário do estado e a integralidade do seu território (cf. Barrinha, 2008). Nesse contexto, as Forças Armadas e os serviços de segurança assumiram um papel central na condução da questão curda. O Sudeste do país, maioritariamente curdo, passou a viver num Estado de excepção, em que as regras de funcionamento democrático estiveram suspensas durante quase duas décadas (cf. Jacoby, 2005). O conflito curdo foi-se tornando igualmente central na política externa turca - Grécia, Síria, Irão, URSS e o próprio Iraque foram, em diferentes períodos, acusados por parte de Ancara de ajudar o movimento de Abdullah Öcalan. Tal como referido anteriormente, em 1998, a Turquia chegou ao ponto de ameaçar invadir a Síria caso esta não deixasse de colaborar com o líder curdo, tendo a ameaça resultado na expulsão do líder do PKK.⁷

A questão tornou-se também central no relacionamento com a Europa, em particular com a União Europeia. Pelo lado turco, Ancara considerava que vários países Europeus, como a Suécia, Bélgica e França não faziam o suficiente para acabar com as actividades da diáspora curda ligada ao PKK nos seus países. Pelo lado da União Europeia, a questão curda afectava de forma negativa a adopção dos critérios de Copenhaga por parte de Ancara, tanto ao nível do respeito pelos direitos das minorias, como ao nível do respeito pelas liberdades civis e políticas na Turquia. Mesmo após a aceitação da Turquia como candidato a Estado membro em 1999, esta era uma questão que permanecia por resolver.

⁷ Seria o início da última viagem de Öcalan em liberdade, com paragem em Moscovo, Roma e Nairobi, cidade onde finalmente se preso pelos serviços secretos turcos em colaboração com os serviços secretos norte-americanos.

Apesar da questão curda e do ocasional síndrome de Sèvres, a Turquia apostou claramente na adesão à União Europeia como aspecto central da sua política externa. Essa aposta parecia ter ficado irremediavelmente perdida em 1997 quando, na Cimeira do Luxemburgo, os Chefes de Estado e de Governo da União declararam que a Turquia não reunia as condições necessárias para poder ser considerada candidata a membro. Ancara reagiu de forma extremamente negativa a esta decisão, cortando relações com Bruxelas e acusando os líderes europeus de, entre outras coisas, quererem ser um clube cristão (cf. Robins, 2003; Dismorr, 2008). Dois anos mais tarde, numa prova de que os receios turcos eram (pelo menos parcialmente) infundados, a União Europeia considerava a Turquia como estando no caminho da integração, o que levou Ancara a finalmente entrar no processo que conduziria em 2005 ao início das negociações para a adesão. Um aspecto que, entretanto, se tornou central no relacionamento entre Ancara e Bruxelas foi a questão cipriota.

Em 1963, poucos anos após a independência do Chipre relativamente ao Reino Unido, dá-se o colapso do acordo que existia entre cipriotas turcos e cipriotas gregos relativamente à partilha do poder na ilha. Esta situação levou a um contexto de instabilidade e violência que culminaria com a ocupação militar turca da parte norte da ilha em 1974 sob o argumento de salvaguardar a sobrevivência dos cipriotas turcos. Deste então, a ilha encontra-se dividida entre cipriotas gregos e cipriotas turcos. As Nações Unidas tentaram por várias vezes encontrar uma solução para o problema. Em 2004, o então Secretário-Geral, Kofi Annan, propôs um plano que visava a unificação da ilha e progressiva resolução do conflito. Este plano foi a referendo, tendo os cipriotas gregos rejeitado a proposta, contrariamente aos cipriotas turcos, que se mostraram maioritariamente a favor do plano Annan. Nesse mesmo ano o Chipre aderiu à UE tornando o relacionamento entre Ancara e Bruxelas ainda mais complexo.

Em 2006, a UE decidiu punir a Turquia por esta não abrir os seus portos marítimos ao Chipre através do congelamento de oito dos 35 dossiers de adesão (Baryusch, 2010: 3), isto para além de cinco outros dossiers bloque-

ados unilateralmente pela França (Alessandri, 2010: 12). A intransigência de Ancara levou Bruxelas a renovar as sanções e espera-se que agora em 2011 tome novas medidas relativamente a esta questão. Muito depende da forma como os dois lados do Chipre conseguirem chegar a algum tipo de acordo relativo ao futuro da ilha.

Um aspecto central na eventual resolução do problema diz respeito à relação entre Ancara e Atenas. Antagonismos históricos e disputas territoriais levaram à securitização do relacionamento entre estes dois Estados, ao ponto de, apesar da imensa disparidade demográfica, geográfica e territorial, haver um forte equilíbrio ao nível do investimento militar entre a Turquia e a Grécia. Disputas relativas a ilhas no Mar Egeu levaram estes dois países à beira do conflito armado em 1996 (Nachmani, 2002: 99). Contudo, desde 1999 que o relacionamento entre os dois países melhorou substancialmente. Num episódio que ficaria conhecido pela ‘diplomacia do tremor de terra’ (*earthquake diplomacy*), os dois países conheceram um período de forte aproximação depois de terem sofrido tremores de terra num curto espaço de tempo, na Turquia em Agosto e na Grécia em Setembro, nos quais equipas gregas de salvamento no primeiro caso e turcas no segundo foram em pronto socorro das vítimas destes desastres naturais (Nachmani, 2002: 100). As imagens de gregos a ajudar turcos e vice-versa gerou um forte sentimento de empatia entre as populações dos dois países, permitindo, em certa medida, dissipar a noção do ‘outro’ enquanto ameaçador e diferente. Será igualmente importante mencionar que, desta aproximação, resultou a aceitação da Turquia como candidato a Estado membro da União Europeia na Cimeira de Helsínquia desse mesmo ano. O facto de a Grécia ter contribuído positivamente para este desfecho serviu como um factor adicional na aproximação entre os dois países (Nachmani, 2002: 113).

Relações com os EUA

Com o fim da Guerra Fria, houve uma necessária reavaliação do relacionamento turco com os EUA. Para o presidente Turgut Özal, a guerra do Golfo serviria para mostrar aos EUA a centralidade da Turquia numa nova

ordem mundial. Contudo, como salienta Stephen Larrabee, as expectativas nunca se concretizaram (2009: 100). Pior, o fim da guerra do Golfo veio de certa forma agudizar as diferenças entre EUA e Turquia. Ancara sentia que Washington não tinha tido em suficiente consideração os prejuízos causados à Turquia pelo seu envolvimento no conflito que, além de tudo o mais, veio exacerbar o problema curdo, assunto muito sensível para as autoridades turcas (*idem*: 101).

Apesar disso, Ancara continuou a colaborar activamente com os EUA, tendo inclusive participado dois anos mais tarde, e por pressão de Washington, na Unified Task Force (Unitaf), missão liderada pelos EUA com o objectivo de resolver a crise humanitária que se agudizava na Somália através do envio de 300 soldados turcos. Esta era a primeira vez desde a Guerra da Coreia que a Turquia enviava forças militares para uma operação num quadro multilateral (Robins, 2003: 45). O sucesso da Unitaf levou à criação da Unitaf-2 e a um crescente envolvimento turco na missão.⁸ A Turquia terminaria a sua participação na Somália em Março de 1994, juntamente com os EUA, depois da desastrosa tentativa de prender Muhammad Farah Aideed que resultou na morte de 18 soldados norte-americanos. A Turquia viria ainda a contribuir para as missões das Nações Unidas e OTAN na Bósnia no início dos anos 1990, assim como no Kosovo em 1999 (próxima secção). Os anos 1990 não foram, contudo, anos de grande proximidade entre os EUA e a Turquia. A questão cipriota e a questão curda levaram a um relativo esfriamento no relacionamento entre Washington e Ancara, algo que só seria ultrapassado de forma mais consistente com a visita de Bill Clinton à Turquia em 1999 pouco antes da decisão do Conselho Europeu de Copenhaga em aceitar a Turquia como Estado candidato à adesão à UE. Para além do forte apoio dos EUA à adesão da Turquia à UE, foram os próprios EUA que apoiaram a adesão da Turquia ao G-20, grupo dos mais influentes países em desenvolvimento e desenvolvidos, fórum que entretanto se tornou central nas relações internacionais contemporâneas.

⁸ O Comando desta segunda missão seria inclusive atribuído a um general turco, o Gen. Cevik Bir.

Apesar de não terem sido anos de grande proximidade, foram anos de convergência de interesses em várias áreas, a começar pela estabilização dos Balcãs, mas a passar igualmente por questões como: a expansão da NATO, a prevenção da proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM) e a abertura de novos gasodutos através da bacia do Cáspio (Kirişçi, 2002: 174). Essa sobreposição da comunhão de interesses sobre uma eventual comunhão de valores, veio de certa forma animar a relação entre Washington e Ancara numa base mais realista daquela que tinha predominado durante a Guerra Fria e que, por mais do que uma vez, levou Ancara a sentir-se traída pela falta de um empenho equitativo por parte de Washington no relacionamento entre ambos os países.

O regresso à vizinhança

Uma das principais consequências do fim da Guerra Fria para a política externa turca, diz respeito ao redimensionamento das suas relações, por um lado, com o ex-espço Soviético de raízes culturais turcas e, por outro, com o Médio Oriente. Com a desintegração da URSS e a consequente formação de várias repúblicas na Ásia Central com ligações culturais à raiz asiática turca, vários políticos viram na independência destes Estados uma oportunidade de a Turquia reforçar a sua presença numa zona estratégica fundamental. Contudo, apesar de alguma euforia inicial, o interesse por parte de Ancara relativamente a esta região foi-se tornado mais limitado, chegando ao ponto de hoje em dia ser uma questão secundária na agenda externa turca (Robins, 2003: 270-272).

A partir de meados da década, a Turquia evoluiu também no sentido de uma mais activa política externa em relação ao Médio Oriente. Esta política desenvolveu-se a partir de duas linhas distintas: por um lado, através do desenvolvimento de relações político-militares com Israel; por outro, através do estabelecimento de laços político-religiosos com os países árabes da região. Em relação ao primeiro caso, o relacionamento com Israel focou-se fortemente na cooperação militar. No seguimento dos acordos de Oslo, falcões políticos como a primeira-ministra Tansu Çiller e o Presidente Suleyman Demirel, assim

como as chefias das Forças Armadas conduziram, a partir de 1994, um processo de aproximação que culminou na assinatura de um acordo de cooperação militar entre Ancara e Telavive em 1996. Na mesma altura, subia ao poder um governo de coligação liderado pelo islamista Necmettin Erbakan, líder do Partido Refah, que considerava vital a Turquia retomar os seus laços com o mundo islâmico. Nesse sentido, desencadeou toda uma série de contactos com os mais diversos países muçulmanos, do Paquistão à Líbia, passando por vários países do Médio Oriente. Essa intensa aproximação ao mundo muçulmano (Erbakan chegou a sugerir a criação de uma OTAN muçulmana) não era do agrado das Forças Armadas e, em 1997, o governo liderado pelo Partido pró-islamista Refah era obrigado a demitir-se por pressão dos militares, terminando aí a política externa de cariz religioso encetada por Erbakan.

Primeiro no quadro da ONU e depois no quadro da OTAN, a Turquia viria igualmente a ter um papel importante no conflito bósnio, com uma presença de cerca de 1500 militares e a responsabilidade de patrulhamento de uma das zonas de separação definidas no pós-cessar fogo. Apesar de ter uma posição algo ambígua relativamente à independência kosovar (a minoria turca nunca esteve claramente ao lado dos albaneses na luta pela independência e a Turquia não queria, por razões de política interna, estar a favor de um movimento independentista), a Turquia decidiu seguir o consenso dos seus aliados da OTAN e participou, mesmo que de forma discreta, nas operações de bombardeamento à Sérvia (através do envio de onze F-16 de reconhecimento) e posteriormente através do envio de cerca de mil soldados para as zonas dominadas pela minoria turca (Uzgel, 2002: 83).

Em suma, os anos 1990 foram anos de adaptação a uma nova realidade internacional, em que a OTAN já não servia como eixo principal da actuação externa turca e em que a desintegração do bloco soviético fazia reemergir toda uma série de estados e regiões com laços culturais e/ou estratégicos com a Turquia que esta necessitava de ter em consideração no seu relacionamento externo. Com a excepção da adesão à UE, a Turquia, em boa parte devido à instabilidade política interna, careceu durante os anos 1990 e primeiros anos do século XXI de uma visão estratégica de fundo que lhe permitisse enquadrar todas as dimensões (novas e velhas) da sua política externa num enquadramento lógico e coerente.

A eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) e o neo-otomanismo

376

A vitória do AKP nas legislativas de Novembro de 2002 não só significou a ascensão ao poder de uma nova força política, como correspondeu ao início de um processo de transformação da política, economia e sociedade turca. Apesar de mais moderado do que o antigo partido Refah, vários dos seus principais membros eram, com efeito, ex-membros do partido de Erbakan, o que deixou o aparelho kemalista extremamente preocupado. Essa preocupação revelou-se sem fundamento, pois o governo AKP dedicou boa parte do seu primeiro mandato a seguir as linhas previamente estabelecidas em matéria de política externa, principalmente na questão do seu empenho no sentido da integração europeia. Houve, contudo, uma questão que não só afectou o relacionamento com Washington, como obrigou Ancara a envolver-se de forma mais activa nas questões do Médio Oriente: a intervenção norte-americana no Iraque em 2003.

No início de 2003, os EUA começaram a negociar com o governo de Recep Tayyip Erdoğan a possibilidade de abrirem uma linha de ataque a partir do Sudeste turco. O acordo foi obtido sendo, contudo, necessária a aprovação no Parlamento. Para espanto dos norte-americanos, a proposta não seria aprovada, tendo-se mais de 100 deputados do AKP aliado à oposição no sentido de bloquearem a proposta. A invasão do Iraque era vista como contrária aos interesses turcos na região (estabilidade) e contrária à imagem da Turquia nas sociedades muçulmanas (Alessandri, 2010: 3-4). Um dos efeitos da recusa de Ancara foi a necessidade de os EUA recorrerem ao Norte do Iraque (isto é, aos curdos iraquianos) como base de apoio à sua incursão militar. Tal contribuiu para a atribuição de uma importância estratégica aos curdos iraquianos que na prática passaram a contar com o apoio dos EUA na definição de uma entidade política curda no Norte do Iraque, aspecto que desagradou a Ancara. O PKK voltou às armas em Junho de 2004 num contexto de grande autonomia curda no Norte do Iraque e de falta de poder efectivo do estado iraquiano (Larrabee, 2010: 101). O relacionamento entre os EUA e a Turquia começou a deteriorar-se de forma significativa chegando ao ponto de em 2004 a população turca

considerar os EUA como a maior ameaça à paz internacional e à própria Turquia (Fuller, 2008: 5). Nos anos que se seguiram, Ancara manteve uma constante pressão sobre Washington no sentido de os EUA tomarem medidas efectivas que ajudassem a por termos às incursões do PKK (Barrinha, 2008), sem grande sucesso.

Gradualmente, a Turquia foi reconsiderando a sua política no Norte do Iraque, concluindo que a recusa em falar com os líderes da região era mais perniciosa que benéfica para os seus interesses. Num gesto simbólico de reaproximação, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ahmet Davutoğlu visitou a região em Outubro de 2009, chegando mesmo a anunciar a abertura de um consulado em Erbil, capital da região. Durante vários anos os líderes políticos curdos foram vistos como *personas non gratas* em Ancara; contudo, para além da constatação das limitações associadas a uma abordagem confrontacional com o governo regional curdo, Ancara chegou à conclusão que podia controlar melhor as incursões do PKK na Turquia a partir do Norte do Iraque se conseguisse a cooperação de Massoud Barzani. Além do mais, a Turquia necessitava igualmente de uma estratégia coerente para lidar com o ‘novo’ Iraque e o apoio dos líderes curdos podia ser essencial para estabilizar a transição política que o Iraque tem vindo a sofrer desde 2003. Em Outubro desse mesmo ano, Erdoğan tomou a ousada iniciativa de fazer deslocar uma enorme comitiva de ministros, empresários e jornalistas a Bagdade onde foram assinados 48 acordos nas mais diversas áreas, desde a segurança à gestão da água (Barysch, 2010: 5). Este foi um gesto que indicou que a Turquia estava decidida a ajudar o vizinho Iraque a retomar o seu caminho (Alessandri, 2010).

Em Abril de 2009, na sua primeira visita a um país muçulmano enquanto Presidente dos EUA, Barack Obama deu sinais claros de tentar reparar os danos causados durante a Administração Bush (Onar, 2009: 1). Isto, apesar das críticas deixadas relativamente à necessidade de Ancara confrontar o seu passado, numa clara alusão à questão do genocídio arménio (*idem*). Devido aos grupos de pressão da diáspora arménia em França e nos EUA, esta tem sido uma questão que tem contribuído para o dificultar das relações com o Ocidente. Os arménios reclamam que nos últimos anos do Império Otomano, durante a I Guerra Mundial, houve, por parte dos turcos, uma

política concertada de eliminação da população arménia no que hoje é a Turquia, o que esta rejeita em parte, pois admite a morte de milhares de arménios, mas num contexto de conflito aberto entre as duas partes (Onar, 2009: 6). Esta é uma questão de estabelecimento da verdade histórica que atingiu fortes proporções políticas devido ao choque entre a intransigência turca e a pressão da diáspora arménia sobre os governos dos EUA e da Europa Ocidental. Contudo, os problemas entre a Arménia e a Turquia não se limitavam a questões históricas. Apesar de a Turquia não se ter envolvido militarmente no conflito, a guerra entre o Azerbaijão e a Arménia relativa a Nagorno-Karabagh levou ao encerramento da fronteira com a Arménia e ao fim das relações diplomáticas entre os dois países. Esta situação só mudaria em Outubro de 2009, quando os dois países assinaram um acordo no sentido de reatar as relações diplomáticas (Grigoriadis, 2010: 7). Este gesto faz parte de uma tentativa de reaproximação⁹ entre Ancara e Ierevan indicadora da possibilidade da normalização das relações entre os dois países no médio-prazo. Esta reaproximação está contudo dependente de uma eventual melhoria nas relações entre Ierevan e Baku, que por enquanto permanecem bastante tensas.

Em paralelo a estas abordagens conciliadoras, o governo do AKP retomou a ideia de reforçar os laços com outros países e movimentos muçulmanos, sobretudo depois da crise política de 2007-2008 que levaria à reeleição do AKP e à nomeação de Abdullah Gül como presidente da Turquia. O AKP passou a adoptar uma política externa mais agressiva e de contornos mais distintos da levada a cabo até então. Vários factores contribuíram para essa mudança: o contexto político interno, a passagem de Ahmet Davutoğlu para Ministro dos Negócios Estrangeiros, o rápido crescimento da economia turca e a atomização do sistema internacional.

O AKP saiu da crise política de 2007-08 com legitimidade política reforçada e com um presidente do mesmo partido. É de lembrar que o anterior

⁹ Entre outras medidas, o Presidente turco Abdullah Gül foi convidado pelo Presidente Arménio, Serzh Sarkisyan em Abril de 2008 a assistir ao encontro de futebol entre as selecções dos dois países na qualificação para o Campeonato do Mundo de futebol de 2010. Esta medida inseriu-se numa série de passos no sentido da reaproximação dos dois países, ficando conhecida como a 'diplomacia do futebol' (Onar, 2009: 7-8).

presidente, Ahmet Necdet Sezer, tinha tido uma co-habitação difícil com o AKP, sendo muitas vezes visto como o representante da ala kemalista na política turca. A sua retirada e consequente substituição por Abdullah Gül permitiu ao AKP ganhar um controlo acrescido sobre o processo de decisão política.

Em segundo lugar, há a salientar a mudança de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Davutoğlu era o assessor político de Erdoğan no primeiro mandato, pelo que a sua passagem para a frente da diplomacia turca não pode ser considerada como uma mudança radical; contudo, passou a ser possível a Davutoğlu implementar um conjunto de ideias que desenvolveu durante a sua carreira académica e que passava pela reafirmação dos laços culturais com o Oriente num quadro neo-otomano.

No seu livro ‘Profundidade Estratégica’ de 2001, o então professor de Relações Internacionais argumentava que a Turquia necessitava de se comportar na esfera internacional de acordo com o seu posicionamento geográfico e com o seu passado histórico, incluindo neste o Império Otomano, mas também a Aliança Atlântica forjada durante a Guerra Fria (Barysch, 2010: 4). Esta nova política externa devia igualmente distanciar-se da clássica *hard politics* turca, focando-se nos aspectos culturais e económicos no sentido de promover a estabilidade e prosperidade da Turquia (Barysch, 2010: 5), a «política dos problemas-zero» (Barysch, 2010: 6). De acordo com Davutoğlu, a Turquia devia ter uma diplomacia activa, focada na inter-ligação entre o bilateral e o multilateral que visasse a prossecução dos objectivos turcos, devendo estes passar pela estabilidade regional e promoção dos interesses políticos e económicos da Turquia (Onar, 2009: 11-12). Relativamente a este ponto, Davutoğlu avança ainda com a ideia da geo-economia, isto é, o desenvolvimento de relações comerciais com uma lógica estratégica, privilegiando mercados e fornecedores até então pouco explorados por Ancara (*idem*). Este ponto relaciona-se directamente com o terceiro factor que ajuda a explicar as mudanças ocorridas na política externa turca nos últimos oito anos – o forte crescimento económico da Turquia.

Desde 2001, ano em que a Turquia sofreu uma forte crise financeira que exigiu a intervenção do Fundo Monetário internacional (FMI) e fez o Produto Interno Bruto (PIB) encolher 5.7%, a economia turca não tem parado

de crescer. Entre 2002 e 2006, teve um crescimento do PIB sempre superior a 5%, atingindo um máximo de 9,4% em 2004. Em 2007, esse crescimento ficou-se pelos 4,6%, atingindo um mínimo de 1,1% em 2008, ano do início da crise financeira internacional. Contudo, como constata Mustafa Kutlay, a Turquia está hoje numa posição financeira muito mais forte do que estava noutras ocasiões de crise (como em 2001), sendo de esperar que volte rapidamente a um crescimento elevado nos próximos anos (2009: 66). Não é pois de estranhar que Ancara tenha passado a ter em muito maior consideração a dimensão económica da sua política externa, procurando novos mercados e oportunidades para o seu tecido empresarial (Barysch, 2010: 7). Esta dinâmica empresarial tem feito com que a Turquia estabeleça relações com países e regiões até então pouco exploradas, e que proceda a um entendimento do seu contexto geográfico, cada vez mais sob uma perspectiva geo-económica, como defende o seu actual Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Apesar da importância das três dinâmicas internas acima mencionadas (política interna, mudanças no MNE e crescimento da economia turca), é preciso ter igualmente em consideração que essas mudanças tiveram lugar num contexto internacional em mudança, baseado numa lógica de atomização do poder no sistema internacional. Num quadro de ascensão de novas potências e de um mundo pós-Americano, a Turquia passou a sentir-se como parte dessa *nouvelle vague*, falando directamente com o Brasil, a Rússia e a China e alargando os seus horizontes para regiões até então largamente desconhecidas como a África sub-sahariana ou a América Latina.

O reforço da legitimidade interna, a existência de uma doutrina de base associada ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e de um forte crescimento económico e a progressiva afirmação de novos pólos de poder no sistema internacional contribuíram assim para uma mudança de atitude por parte da Turquia relativamente à sua política externa. Uma mudança no sentido de um maior envolvimento nas questões do Médio Oriente, mas com uma presença e actividade de nível global.

2009 foi, nesse aspecto, um ano exemplar, com uma Turquia activa em várias frentes em simultâneo. Em Agosto, Vladimir Putin deslocou-se a Ancara, tendo negociado a colaboração em dois projectos de construção

de gasodutos. Nesse mesmo mês, Ancara e Ierevan assinaram, como já mencionámos, dois protocolos que previam o retomar, 16 anos depois das relações diplomáticas entre os dois países. Em Novembro, o primeiro-ministro turco visitou Teerão, onde em cima da mesa esteve o desenvolvimento das relações económicas entre os dois países. Finalmente, em Dezembro, Erdoğan visitou a Síria no sentido de resolver uma velha disputa territorial com Damasco. Entre outras medidas resultantes dessa visita, foi decidido abolir a necessidade de visto para cidadãos sírios (assim como libaneses, líbios e jordanos) entrarem na Turquia (Barysch, 2010: 5).

A melhoria no relacionamento com a Síria é algo que já se vinha a notar há mais tempo. Em boa verdade, aquando da incursão militar israelita na Faixa de Gaza no Inverno de 2008-09, que estaria na base do desentendimento entre Erdoğan e Shimon Perez no Fórum de Davos,¹⁰ a Turquia estava a mediar a aproximação entre a Síria e Israel, abruptamente interrompida devido a essa mesma incursão (Barrinha, 2009). Diplomatas, enviados especiais e membros do governo turco visitaram diversos países do Médio Oriente, no sentido de obterem algum consenso entre as várias partes do processo. Como Ahmet Davutoğlu, então enviado da Turquia ao Médio Oriente, fez questão de realçar, a Turquia era o único país que mantinha relações com todas as partes envolvidas no conflito – Hamas, Israel, Egipto, Síria e Fatah (Hurryiet, DN 15/01/09).

O relacionamento com Israel passou a ser a face mais visível da política externa turca. Contrariamente ao bom relacionamento entre Ancara e Tel-Aviv durante a última década e meia, uma série de eventos têm levado a uma crispação no relacionamento entre os dois países. Em 2004, Erdoğan recusou visitar Israel,¹¹ optando por visitar Damasco no final desse mesmo ano. Foi ainda bastante crítico relativamente aos assassinatos dos líderes do Hamas Sheikh Ahmed Yassin e Abdul Aziz Rantisi por parte de Israel, acusando este de «terrorismo de Estado» (Kirişçi, 2006: 63). Em 2006, Erdoğan iria ainda mais longe ao receber uma delegação do Hamas em Ancara, liderada por

¹⁰ De acordo com Paul Salem, director do Carnegie Middle East Center no Líbano, em entrevista ao Today's Zaman, o incidente de Davos foi simplesmente a face visível da mudança de relacionamento da Turquia com Israel (apud Dogan, 2010).

¹¹ Erdoğan acabaria por visitar Israel em 2005.

Khaled Meshaal (*idem*: 62). No Outono de 2009, Ancara retirou o convite a Israel para participar em manobras aéreas conjuntas (Barysch, 2010: 6).

Para além das dificuldades de relacionamento directo com Israel, a aproximação de Ancara a Teerão veio de certa forma complicar as relações com Telavive. No seguimento da visita de Erdoğan ao Irão em Novembro de 2009, Davutoğlu deslocou-se a Teerão em Fevereiro de 2010 com o objectivo de chegar a um acordo relativamente à questão do urânio enriquecido. Esse acordo seria de facto obtido¹² em Maio, com o envolvimento do Brasil, envolvendo a transferência de 1200 quilos de urânio pouco enriquecido para a Turquia em troca de um reactor de pesquisa, sendo que esse urânio continua a ser propriedade iraniana.

Em termos de resultados, a Turquia conseguiu melhorar o seu relacionamento com o Médio Oriente, Ásia Central e Cáucaso. Não conseguiu, contudo, melhorar o relacionamento com a União Europeia, continuamente imergida na complexa problemática do alargamento (Barysch, 2010: 1). O seu relacionamento com os EUA também não melhorou substancialmente, apesar da mudança de Administração em Washington e de a Turquia continuar a ter uma importância estratégica para Washington.¹³

Tanto Bruxelas como Washington começam a ficar preocupados com o empenho orientalista de Ancara. A aproximação por parte da Turquia a países como a Síria, o Irão e o Sudão não ajudou a tranquilizar o receio de que a Turquia esteja em busca de alternativas (Barysch, 2010: 2).

Contudo, se é verdade que este empenho externo relativamente ao Médio Oriente é uma realidade, alicerçada em interesses económicos (expansão de mercados e investimento), culturais (reforço dos laços com países muçulmanos) e estratégicos (promoção de estabilidade na vizinhança), é preciso entender que este activismo político não é exclusivo a essa mesma região. A Turquia tem sido um dos principais contribuidores de tropas para a missão da OTAN no Afeganistão, assumiu em 2009 o cargo de membro não-permanente do

¹² A sua implementação está contudo dependente da avaliação da situação por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BBC News, 17/05/10).

¹³ De acordo Stephen Larrabee o acesso permanente à base aérea de Incirlik, assim como a outras bases turcas garante que mais de 70% do carregamento militar enviado para o Iraque seja feito através da Turquia (2009: 99).

Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi impulsionadora de projectos como a Aliança das Civilizações, envidou esforços para criar, no rescaldo da crise na Geórgia, uma Plataforma de Estabilidade e Cooperação do Cáucaso e tem, nos últimos meses, desenvolvido relações com países como o Brasil, com quem até então mantinha um limitado relacionamento externo. A Turquia abriu sete embaixadas em 2009 e irá abrir vinte e seis em 2010, a maioria na África Subsaariana e na América Latina (Grigoriadis, 2010: 8).

Podemos, pois, concluir que há, de facto, uma mudança na política externa turca, que até certo ponto se tem focado mais no Médio Oriente, mas que é uma mudança sobretudo de atitude, mais do que de alteração de enfoque regional.

Conclusão

Foi objectivo deste capítulo mostrar a evolução da política externa turca desde o fim da II Guerra Mundial, com um claro enfoque na crescente afirmação internacional da Turquia. Como foi possível analisar ao longo do capítulo, esta maior afirmação turca na cena internacional não deve ser considerada como uma vitória do Islão sobre o laicismo turco ou sequer como um favorecimento de uma política externa turca voltada para o Médio Oriente em detrimento do ‘destino’ Ocidental que a Turquia parecia querer abraçar durante o pós-II Guerra Mundial. Em boa verdade, e seguindo a ideia de Omer Taspinar (2010), a Turquia pretende somente diversificar o seu relacionamento externo, apostando numa política externa que esteja mais de acordo com o seu crescente peso político, cultural, demográfico e sobretudo económico na esfera internacional. Utilizando a expressão de Fareed Zakaria (2008), esta é uma Turquia de uma era ‘pós-Americana’ e é pois neste contexto que a sua política externa deve ser entendida.

Questões para análise

Analisando a evolução da política externa turca nos últimos cinquenta anos, até que ponto se pode falar na Turquia como 'ponte' entre o Ocidente e Oriente?

O que trouxe de novo o fim da Guerra Fria relativamente ao posicionamento turco face ao complexo quadro geopolítico em que se insere? É a política externa turca do AKP essencialmente virada para o Médio Oriente? Justifique.

Comente a política externa turca para com a União Europeia e os Estados Unidos/Aliança Atlântica (OTAN).

Fontes na internet

The Turkish Economic and Social Studies Foundation (TESEV), <http://www.tesev.org.tr/default.asp?PG=ANAEN>

Foreign Policy Institute, <http://www.foreignpolicy.org.tr/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia, <http://www.mfa.gov.tr>

Today's Zaman, <http://www.todayszaman.com/tz-web/>

Hurriyet Daily News, <http://www.hurriyetdailynews.com>

Leituras recomendadas

Hale, William (2000) *Turkish Foreign Policy 1774-2000*. London: Frank Cass Publishers.

Fuller, Graham E. (2008) *The New Turkish Republic. Turkey as a pivotal state in the muslim world*. Washington D.C.: USIP.

Kirişçi, Kemal (2006) *Turkey's foreign policy in turbulent times*, Chaillot Paper, 92, EU-ISS.

Robins, Philip (2003) *Suits and Uniforms. Turkish Foreign Policy Since the Cold War*. London: Hurst&Company.

Rubin, Barry Rubin e Kirişçi, Kemal (org) *Turkey in World Politics. An Emerging Multiregional Power*. Istanbul: Bogaziçi University Press.

Bibliografia

- Alessandri, Emiliano (2010) *The New Turkish Foreign Policy and the Future of Turkey-EU Relations*, Documenti IAI 10/03, Instituto Affari Internazionali.
- Barrinha, André (2009) «A Turquia e a ilusão do Médio Oriente», *Relações Internacionais*, 21.
- Barrinha, André (2008) «The Copenhagen School in US-Turkey relations: the 'War on Terror' in Northern Iraq», *Oficina do CES*, 295, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Barysch, Katinka (2010) «Can Turkey combine EU accession and regional leadership?», Policy Brief, Center for European Reform.
- BBC News (2010) «Iran signs nuclear fuel-swap deal with Turkey», 17 Maio. [http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8685846.stm].
- Birand, Mehmet Ali (1991) *Shirts of Steel. An Anatomy of the Turkish Armed Forces*. London: I.B. Tauris.
- Davutoğlu, Ahmet (2009) «Turkish Foreign Policy and the EU in 2010», *Turkish Policy Quarterly*, 8(3), 11-17.
- Dogan, Yonca Poyraz (2010) «Turkey is the only Middle Eastern country pointing toward the future», *Today's Zaman*, 24 Maio.
- Drorian, Svegi (2005) «Turkey: Security, State and Society in Troubled Times», *European Security*, 14(2), 255-275.
- Eralp, Yalim (2003) «An Insider's View of Turkey's Foreign Policy and Its American Connection», in Abramowitz, Morton (org), *The United States and Turkey. Allies in Need*. Nova Iorque: The Century Foundation Press, 109-144.
- Fuller, Graham E. (2008) *The New Turkish Republic. Turkey as a pivotal state in the Muslim world*. Washington D.C.: USIP.
- Grigoriadis, Ioannis (2010) *The Davutoglu Doctrine and Turkish Foreign Policy*. Working Paper, 8, Middle Eastern Studies Programme, ELIAMEP.
- Hale, William (2007) *Turkey, the US and Iraq*. London: SAQI.
- Hurriyet Daily News (2009) «Turkey ready for monitoring mission on Gaza-government official», 15 Janeiro.
- Jacoby, Tim (2005) «Semi-Authoritarian Incorporation and Autocratic Militarism in Turkey», *Development and Change*, 36(4), 641-665.
- Jenkins, Gareth (2001) «Context and Circumstance: The Turkish Military and Politics», Adelphi Paper, 337, The International Institute for Strategic Studies: London.
- Karaosmanoğlu, Ali L. (2004) «Globalization and Its Impact on Turkey's Security in Karaosmanoğlu», in Ali L. and Tashan, Seyfi (org), *The Europeanization of Turkey's Security Policy: Prospects and Pitfalls*. Ankara: Foreign Policy Institute, 11-24.
- Kirişçi, Kemal (2002) «U.S.-Turkish relations: New uncertainties in a renewed partnership», in Rubin, Barry e Kirisci, Kemal (org), *Turkey in world politics. An emerging multiregional power*. Istanbul: Bogazici University Press, 169-196.
- Kirişçi, Kemal (2006) *Turkey's foreign policy in turbulent times*. Chaillot Paper, 92, EU-ISS.
- Kuloğlu, Armağan and Şahin, Mustafa (2006) «The Past and the Future of Civil-Military Relations in Turkey», in Faltas, Sami and Jansen, Sander (org), *Governance and the Military: Perspectives for change in Turkey*. Groningen: CESS, 87-104.
- Kutlay, Mustafa (2009) «La economía durante la era republicana. Un terreno resbaladizo», *Vanguardia Dossier*, 32, Julho/Setembro, 60-66.

- Larrabee, Stephen (2009) «Revitalizar las relaciones con Estados Unidos», *Vanguardia Dossier*, 32, Julho/Setembro, 98-103.
- Nachmani, Amikan (2002) «What says the neighbor to the West? On Turkish-Greek relations», *in* Rubin, Barry e Kirisci, Kemal (org), *Turkey in world politics. An emerging multiregional power*. Istanbul: Bogazici University Press, 93-122.
- Onar, Nora Fisher (2009) *Neo Ottomanism, historical legacies and Turkish Foreign Policy*, EDAM Discussion Paper Series, 3.
- Robins, Philip (2003) *Suits and Uniforms. Turkish Foreign Policy Since the Cold War*. London: Hurst&Company.
- Taspinar, Omer (2009) «La compleja política turca para Oriente Médio», *Vanguardia Dossier*, 32, Julho/Setembro, 105-110.
- Taspinar, Omer (2010) «Turkish Gaullism?», *Today's Zaman*, 12 Abril.
- Uzgel, Ilhan (2002) The Balkans: Turkey's stabilizing role», *in* Rubin, Barry e Kirisci, Kemal (org), *Turkey in world politics. An emerging multiregional power*. Istanbul: Bogazici University Press, 65-92.
- Zakaria, Fareed (2008) *The Post-American World*. Nova Iorque: W. W Northon & Company Ltd.